

ENTRE O DOGMA E A CONSCIÊNCIA: O LETRAMENTO ÉTICO-RELIGIOSO DE CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR PARA A JUSTIÇA REPRODUTIVA

BETWEEN DOGMA AND CONSCIENCE: THE ETHICAL-RELIGIOUS LITERACY
OF CATHOLICS FOR CHOICE FOR REPRODUCTIVE JUSTICE

Debora Giehl

Universidade FEEVALE
dcgiehl@gmail.com

RESUMO

A pesquisa emprega metodologia qualitativa e engajada adotando a triangulação de dados para compreender como a ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) promove práticas de letramento que articulam ética e religião no debate sobre Justiça Reprodutiva. Fundamentado pelos conceitos de letramento (Street, 1984, 2007; Soares, 2009; Barton e Hamilton, 2004), poder, gênero e religião (Bourdieu, 2007; Butler, 2024; Gebara, 1997; Hunt, 2017; Rosado-Nunes, 2008), identificou-se as estratégias de letramento religioso entre as mulheres e ativistas da organização. A análise aponta que os documentos de CDD ilustram o letramento horizontal, pois as próprias ativistas são autoras de seu conhecimento, ressignificando textos bíblicos e dogmas e, assim, os aspectos de uma identidade religiosa pautada para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: letramento ético-religioso; justiça reprodutiva; teologia feminista; letramento horizontal.

ABSTRACT

The study employs a qualitative and engaged methodology, adopting data triangulation to understand how the NGO Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) promotes literacy practices that articulate ethics and religion in the debate on Reproductive Justice. Grounded in the concepts of literacy (Street, 1984, 2007; Soares, 2009; Barton and Hamilton, 2004), power, gender, and religion (Bourdieu, 2007; Butler, 2024; Gebara, 1997; Hunt, 2017; Rosado-Nunes, 2008), the religious literacy strategies among the organization's women and activists were identified. The analysis indicates that CDD's documents illustrate horizontal literacy, as the activists themselves are authors of their own knowledge, re-signifying biblical texts and dogmas, and thus shaping the aspects of a religious identity oriented toward the defense of sexual and reproductive rights.

Keywords: ethical-religious literacy; reproductive justice; feminist theology; horizontal literacy.

INTRODUÇÃO

A religiosidade e as religiões se configuram importantes características da sociedade brasileira. Embora o Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponte um crescimento de 2% no número de brasileiros sem religião, cerca de 90% da população do país manifesta alguma crença, sendo as igrejas católica (56,7%) e evangélicas (26,9) predominantes entre os fiéis. Considerando estes dados e as práticas de leitura e escrita que se efetivam nestes espaços sociais, cabe afirmar que o contexto religioso manifesta práticas de letramento e que nos processos sociais usados para definir e nomear a si mesmo e ao mundo à nossa volta, compreendemos a multiplicidade de significados e usos desse letramento nos contextos culturais específicos (Street, 2007). Por isso, ao estudar-se religião e letramento religioso, discute-se as “transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; [...] num complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura” (De Souza, 2004. p. 123).

Segundo orienta Bourdieu (2007), a religião opera como estrutura de conhecimento, uma vez que constrói a experiência através da categorização (“bem versus mal”; sagrado versus profano”) dos entendimentos individuais e sociais. Por isso, um sistema de pensamento é criado, a partir da legitimação operada pelo absolutismo sagrado. Ou seja, um determinado conceito ou posição passa a ser entendido como vontade divina e, por isso, dificilmente será questionado, uma vez que se transforma em argumento ético-moral dos fiéis. Assim, o autor interpela que se espera da religião o fornecimento de alento existencial e emocional, bem como o oferecimento de argumentos para as posições sociais tomadas.

Do mesmo modo, aponta Bourdieu (2007, p. 39) que o campo religioso irá operar através

da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um ‘corpus’ deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e, portanto, raros).

Desapropria-se, assim, a produção de leigos e leigas das discussões fundamentais da religião, uma vez que são qualificados como inaptos ao reconhecimento do capital religioso como tal, mantendo-se a necessidade de intermediação salvadora na hierarquia das igrejas (Bourdieu, 2007). Por isso, a interpretação bíblica, por exemplo, necessita de líderes que sejam oficialmente designados para os “sermões e homilias” - em geral, padres ou pastores homens.

Da mesma forma, a religião e as igrejas consagram a dominação masculina através de mitos e morais que seguem subalternizando a mulher – ainda que estas tenham acessado o espaço público (Bourdieu, 2014). Nas estruturas e sistemas de poder prevalece a divisão simbólica de gênero, naturalizada pelas instituições como escola, família e igrejas. A dominação para Bourdieu se dá, então, pela imposição simbólica de sentidos e conceitos. Segundo o autor, essa dominação também opera sobre os corpos, socializações e regramentos - como se portar, como falar, o que vestir, etc. O corpo das mulheres é visto, assim, como um corpo público, pronto para julgamentos e sanções.

Como é possível perceber, Bourdieu defende que o campo religioso não é neutro. Da mesma forma, aponta Street (2007) que as práticas de letramento são, então, associadas ao poder e ideologia, não sendo também técnicas neutras – apenas saber ler e escrever. Aqui, opera-se o sistema simbólico estruturante e aqueles que dominam as lógicas e interpõem-se ao privilégio sociocultural do conhecimento. Por isso, faz-se importante compreender que o letramento precarizado pode manter as hierarquias de saber e fundamenta a manutenção do poder de determinado grupo social sobre outro.

Isto posto, cabe então compreender as práticas e dispositivos de letramento que podem colaborar para o acesso do conhecimento, em especial o religioso. De acordo com Soares (2009), o letramento como conceito passou a ser investigado no Brasil na década de 1980, buscando diferenciar a alfabetização – aquisição técnica de ler/escrever – do letramento – condição de quem faz uso social da leitura/escrita, participando da cultura. Do mesmo modo, Barton e Hamilton (2004) sustentam que o letramento não é uma habilidade cognitiva individual, mas um conjunto de práticas sociais. Por isso, “las prácticas letradas están moldeadas por las instituciones sociales y las relaciones de poder, y algunas literacidades se vuelven más dominantes, visibles e influyentes que otras” (Barton e Hamilton, 2004, p. 118).

Do mesmo modo, Street (2007) advoga que os letramentos, em sua organização, diferenciam-se quanto aos aspectos de pessoalidade, identidade, afeto e sociabilidade. Segundo o autor, o letramento envolve mais do que a técnica e as práticas de decodificação ou produção, mas incorpora-se na realidade das identidades dessas práticas. Por isso, nos processos de letramento também se manifestam os julgamentos morais, em que são apontados os comportamentos entendidos como adequados e ordenadores dos conceitos de humanidade (Street, 2007) e

o fato de uma forma cultural ser dominante é, no mais das vezes, disfarçado por trás de discursos públicos de neutralidade e tecnologia nos quais o letramento dominante é apresentado como o único letramento. Quando outros letramentos são reconhecidos, como, por exemplo, nas práticas de letramento associadas a crianças pequenas ou a diferentes classes ou grupos étnicos, eles são apresentados como inadequados ou tentativas falhas de alcançar o letramento próprio da cultura dominante: exige-se então a atenção remediadora, e os que praticam esses letramentos alternativos são concebidos como culturalmente desprovidos (Street, 2007, p. 472).

Dessa forma, o presente estudo considera as práticas de letramento da organização não-governamental (ONG) Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), em seus processos de fundamentação ético-cristã para a defesa da Justiça Reprodutiva e aborto, e da fundamentação teológica que sustentam seus argumentos. Por isso, questiona-se como Católicas pelo Direito de Decidir atua para a desmonopolização teológica e permite novos usos do letramento religioso, desafiando o controle institucional da Igreja Católica sob o prisma da consciência ética e da justiça reprodutiva. Por isso, a partir do estudo das dinâmicas de letramento ético-religioso como uma prática de escrita, leitura e oralidade que se realiza na atuação das mulheres feministas católicas ao interpretar e reapropriarem os textos, dogmas e ritos de sua manifestação religiosa. Assim, o letramento ético-religioso torna-se um instrumento de politização do discurso ao questionar-se os discursos hegemônicos e construir outros significados de autonomia feminina e de direitos humanos, por meio da Justiça Reprodutiva.

Tal estudo, organiza-se, então, a partir de uma pesquisa qualitativa e engajada, visto que uma das pesquisadoras atua como ativista da organização. Dessa maneira, optou-se pela triangulação de dados para a garantia do rigor científico, em que se analisam os dois últimos documentos lançados por CDD, identificando-se as estratégias de letramento e os argumentos ético-teológicos empregados. Além disso, através de entrevista semiestruturada com a teóloga da ONG aprofunda-se a investigação sobre a fundamentação ética-cristã-feminista de CDD e as práticas de letramento religioso operadas pela organização. Por fim, inclui-se neste estudo o relato de experiência como ativista da organização, enfatizando as percepções na dinâmica da ONG para com as mulheres participantes. Busca-se assim, identificar, conforme proposto por Street (2007), as disputas de poder e os sentidos de identidade presentes nas práticas de letramento ético-religioso de CDD.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A partir da triangulação de dados articulado pela análise documental, entrevista semiestruturada e relato de experiência, esta pesquisa fundamenta-se como qualitativa, voltada para a compreensão dos processos e significados no plano das subjetividades (Minayo, 2002). Investiga-se a experiência humana na centralidade dos sentidos, explorando os significados para explicar o fenômeno social da religiosidade e letramento (Minayo, 2002; Street, 2007).

O corpus documental foi composto por dois materiais escritos de CDD produzidos entre os anos de 2023 e 2024. O critério de seleção das obras se deu pela atualidade dos temas, por serem as últimas publicações realizadas pela instituição e por atenderem a perspectiva de letramento ético-religioso em suas temáticas. Complementarmente, realizou-se entrevista semiestruturada com a teóloga da organização, Priscila Kikuchi. A conversa ocorreu online, via plataforma de reuniões **Zoom**. A escolha pela entrevista com a teóloga orientou-se pela centralidade de sua atuação na elaboração de conteúdos teológicos que compõe os processos formativos de CDD. Assim, buscou-se compreender os processos de letramento ético-religioso a partir das intencionalidades temáticas da instituição.

Da mesma forma, o relato de experiência promove diálogo entre a pesquisa-experiência, em que a trajetória individual também é fonte de saber, uma vez que o conhecimento é produzido a partir de um lugar, um corpo, uma história e uma perspectiva próprios (hooks, 2017). Assim, a experiência do letramento também se configura pelo diálogo e reconhecimento das experiências engajadas das ativistas da organização.

A partir da análise dos dados, procedeu-se a identificação das categorias que compõem este texto, tendo por horizonte compreender como Católicas pelo Direito de Decidir promove práticas de letramento que articulam a ética e religião para autonomia da consciência no debate sobre Justiça Reprodutiva e aborto. Buscou-se, por isso, identificar os conceitos teológicos que subsidiam os materiais de CDD, em especial os documentos analisados. Também se investigou as estratégias pedagógicas e de linguagem entendidas como práticas de letramento religioso entre as mulheres e ativistas.

Isto posto, o presente artigo discute: as práticas de Teologia Feminista e ética cristã que visam desmonopolizar a palavra e a religiosidade, subvertendo a lógica de autoridade clerical; a aplicação dos conceitos de Justiça Reprodutiva na hermenêutica bíblica-dogmática; a linguagem e procedimentos que fomentam a identidade de ativistas de CDD, a partir dos letramentos da instituição.

3. DESMONOPOLIZAR A PALAVRA - PRÁTICAS DE TEOLOGIA FEMINISTA ÉTICA CRISTÃ

Católicas pelo Direito de Decidir é uma organização não-governamental fundada no Brasil em 1993, com inspiração na organização Catholics For Choice (CFC) dos Estados Unidos¹. Contudo, na América Latina, a organização assume outras formas de gestão e passa a se articular em rede. Em 1996 foi fundada a Red Latinoamericana y del Caribe por Derecho a Decidir e organizada a Carta de Princípios, que dispõe dos princípios básicos para ser integrante de CDD. Como fundamento para o trabalho, a ONG declara em seu website que “apoia-se na prática e teoria feministas para promover mudanças em nossa sociedade, especialmente nos padrões culturais e religiosos”. Sua missão é a de promover e defender “os direitos das mulheres, especialmente aqueles relacionados à sexualidade e reprodução humana, a partir de uma perspectiva ética, católica e feminista, com base nos

¹ Catholics For Choice, em português “Católicos Pró-Escolha” foi fundada em 1973 nos Estados Unidos: <https://www.catholicsforchoice.org/who-we-are/>

argumentos do pensamento teológico católico, através da criação de espaços de reflexão e ação que influencia a sociedade e as igrejas, em particular a católica, em aliança com as diferentes expressões do movimento social latino-americano e global” (Católicas pelo Direito de Decidir, 2020).

Do mesmo modo, a atuação de CDD se desenvolve através da incidência política, religiosa, formativa e comunicacional e, para tal, orienta-se pela Teologia Feminista. Essa perspectiva teológica surge no contexto do Concílio Vaticano II² e da Teologia da Libertação, incorporando elementos feministas para análise dos textos bíblicos, a partir da experiência concreta e história de mulheres como parte fundamental da religião e das igrejas (Gebara, 1997; Rosado-Nunes, 2008; Hunt, 2017).

Cabe dizer que a Teologia Feminista está diretamente ligada a uma resposta das mulheres das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, embora ativamente participantes das reflexões de suas comunidades, desejavam incorporar temas relacionados ao gênero e sexualidade no debate da Igreja. Conforme salienta Rosado-Nunes (2008), desde a década de 1970 e 1980, o contexto brasileiro da resistência ao regime militar e o pós Concílio Vaticano II possibilitou o desenvolvimento da Teologia da Libertação, em que a noção dos direitos sociais é vista como uma prática da justiça de Deus. Contudo, o campo religioso brasileiro também passa por mudanças e as CEBs deixam de ser o centro da atuação pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, atualmente percebe-se de um lado, que a teologia das CEBs se concentra na resistência de sua vivência a partir do político-social subestimando temas como gênero, etnicidade, subjetividade, corporalidade e prazer e, de outro lado, surgem outras expressões de comunidades carismáticas e pentecostais que apresentam caráter emocional. Ainda, outros discursos radicalizados na extrema-direita são manifestados por agentes da Igreja Católica, como bispos e religiosos e orientam para a negação dos direitos sexuais e reprodutivos.

Da mesma maneira, a posição da Igreja Católica a nível mundial segue sendo a de apontar a mulher como vocacionada à maternidade e ao lar e os discursos predominantes do século XX e XXI negam o feminismo como parte da identidade de cristãs-católicas e mistificam a mulher como esposa e mãe (Rosado-Nunes, 2008). Corroborando com esse estudo, a investigação de Butler (2024), que indica que a “doutrina da complementaridade” está baseada nas concepções biológicas do sexo. A doutrina defende que homens e mulheres possuem características diferentes, porém são iguais em estima perante Deus, criados para complementarem-se no casamento e na sociedade. Contudo, essa ideia – que passa a ser defendida na segunda metade do século XX – nega os pressupostos de gênero e defende a família heteronormativa e biparental (Butler, 2024).

Segundo Butler (2024, p. 88), para o Vaticano

as categorias de masculino e feminino em si nunca podem ser consideradas variáveis, não porque as ciências biológicas tenham estabelecido firmemente essa diferença, mas porque a doutrina da Igreja exige complementaridade e hierarquia, os papéis distintos de mulheres e homens na família e na vida pública a organização manifestante heteronormativa da família e o caráter divinamente ordenado da reprodução heterossexual dentro do casamento como uma continuação dos poderes divinos da criação.

No entanto, a partir das concepções de letramento, entendemos que as teologias, doutrinas e discursos religiosos configuram-se como um campo de reivindicação, uma vez que o movimento das mulheres na Igreja Católica acompanha também o desenvolvimento dos feminismos na afirmação dos direitos e liberdades individuais, em especial na capacidade de controlar sua sexualidade e direitos reprodutivos.

2 O Concílio é uma assembleia geral de todos os bispos da Igreja Católica. A abertura do Vaticano II ocorreu em 1962 e os documentos publicados redirecionaram à Igreja Católica para abertura social e renovações no âmbito litúrgico-ecclesial da instituição: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm

À vista disso, detalha-se a entrevista com Priscila Kikuchi - doutora em Ciências da Religião e teóloga de Católicas pelo Direito de Decidir -, realizada em 06 de fevereiro de 2026 via plataforma Zoom, com perguntas semiestruturadas. A coleta de dados buscou entender como se dá o letramento ético-religioso promovido pela CDD, em especial a partir da produção de materiais sobre feminismo e religião.

A partir do relato da entrevistada, observa-se que a metodologia da instituição não visa apenas informar sobre os temas trabalhados, mas propõe um letramento que instrumentaliza àquelas que têm acesso aos seus materiais e/ou discussões para compreensões e ações voltadas à defesa do direito de decidir. Para tal, a organização realiza atividades formativas - cursos, seminários, encontros de estudo, oficinas -, reuniões, campanhas e ações de comunicação, podcast, publicação de cartilhas e outros materiais impressos, etc.

Dessa forma, identificou-se três aspectos principais dessa prática, apresentados a seguir e entrelaçados na análise: a democratização dos conceitos teológicos a partir da Teologia Feminista; a Justiça Reprodutiva como chave de leitura; a utilização das publicações para ampliação do debate público qualificado.

O processo de consultoria realizado pela teóloga de CDD visa desenvolver novas narrativas religiosas-teológicas que apresentem temas como laicidade do Estado, Justiça Reprodutiva; descriminalização do aborto, objeção de consciência, etc. A atuação se desenvolve, principalmente, na produção de cartilhas e outros materiais de distribuição gratuita, que, segundo Priscila, “promovam o diálogo” sobre as ideias de CDD. O letramento ético-religioso perpassaria, então, pelas práticas de democratização religiosa, uma vez que

Católicas tem muito essa preocupação de fazer uma teologia que seja acessível, né? Porque as pessoas têm muitas ideias sobre teologia, né? Algumas acham que ou é algo fácil demais — porque tem esse lado também, não é ruim, mas às vezes não é bom — ou uma teologia que é difícil, né? Que só está no mundo da hierarquia, na teologia como verdade absoluta. [...] Então a teologia, muito por conta do próprio lugar em que ela nasce, de hierarquia - religião também é um poder, né? É um lugar de poder. A religião dá sentido para a vida das pessoas e isso é um poder muito significativo. [...] Então, ela não nasce pensando enquanto uma disciplina que dialoga, mas sim que “é isso, pronto e acabou” (Kikuchi, 2026).

Priscila destaca que o fazer teológico de CDD busca confrontar o absolutismo teológico, em especial da hierarquia da Igreja Católica, pensando novas hermenêuticas de textos bíblicos que centralizam a mulher como agente de libertação, para inspirar hábitos e condutas: “Quando a gente pensa narrativas teológicas, ético-teológicas — uma teologia que se desdobra e que inspira comportamentos, que é o que envolve a ética — é isso: é trazer ela para a vida. Uma teologia que tem vida, é uma letra que vive” (Kikuchi, 2026).

Como ilustração dessa prática, cita-se a produção da série de posts no Instagram que apontava “12 motivos teológicos para descriminalizar o aborto”. Em 2025, a cada mês um post com argumentos, trechos bíblicos e reflexões teológicas foi compartilhado no perfil da instituição. Segundo Kikuchi (2026) a iniciativa visava não só tornar a teologia mais acessível, “mas mostrar para as pessoas que fazer teologia não é conjecturar sobre Deus; é pensar como viver a nossa realidade, [...] No caso das mulheres, como viver a vida de fé no sagrado, em Deus, seja pela questão de direitos sexuais e reprodutivos, seja por qualquer outra.”

Dessa forma, a Justiça Reprodutiva é também incorporada às práticas de CDD como chave hermenêutica. Priscila aponta que nos materiais em que trabalhou recentemente, desenvolveu-se a discussão do tema como conceito sociológico e bíblico. Além disso, salientou que também é fundamental estudar e defender os conceitos de Justiça Reprodutiva a partir do Feminismo Negro, como um compromisso da organização com a luta antirracista, uma vez que “a teologia feminista também precisa se comprometer com esse posicionamento antirracista” (Kikuchi, 2026). A entrevistada também detalha como colaborou na produção da cartilha “Justiça Reprodutiva e Religião: algumas ideias” e na “Ética Profissional e Ética Cristã: conversando a gente se entende”, de sua autoria:

A justiça eu quis colocar, a Justiça Reprodutiva em diálogo com a Teologia, pensando esse conceito como chave de leitura e de hermenêutica bíblica. Então, eu fui um pouco mais por esse caminho, de pensar onde eu encontro as questões que a Justiça Reprodutiva aponta dentro de narrativas bíblicas. E ali a gente dá alguns exemplos de histórias bíblicas onde a gente vê injustiças reprodutivas acontecendo. E essas mulheres envolvidas nessas injustiças: ao ponto em que elas revelam a sua indignação, elas são atendidas por Deus, pelo sagrado e ali se faz a Justiça Reprodutiva. Deus vê. E realmente elas não estão vivendo plenamente a justiça reprodutiva. Então eu fui um pouco por esse caminho, pensando também, num contexto em que pessoas da fé cristã querem ouvir histórias do livro que baseiam a sua fé. [...] Então aí eu coloquei ali, né, a história de Agar, que tenha toda a questão com Sara, que queria um filho. Fizeram todo aquele esquema com o Abraão. Depois ignoraram Agar, ignoraram Ismael. E aquilo foi uma injustiça reprodutiva. E ela clamou a Deus e Deus a atendeu. A própria história de Maria e de José. O contexto em que eles, que Maria engravidou, baixou um decreto em que iam matar todas as crianças. E o quanto isso dialoga com tantas mães de periferia que perdem seus filhos pela violência policial que vem do Estado.

Essa ótica, assim como uma outra forma de ler textos bíblicos, visa responder, também, aos questionamentos de setores mais tradicionais da fé cristã que, segundo a teóloga, buscam a validação bíblica para a compreensão ética-moral de suas identidades e práticas. A releitura de textos do Antigo e Novo Testamento incorporam a injustiça reprodutiva como práticas de silenciamento e exploração dos corpos femininos, mas apontam para o paradigma da justiça divina, em que Deus atua em favor daquelas que por Ele clamam. Além disso, a teóloga faz uma referência direta à realidade contemporânea do sofrimento de mães da periferia diante do assassinato de seus pela violência estatal. A sensibilização através da identificação e da dimensão social configura-se, então, como uma forma de letramento religioso promovido pela instituição.

Ademais, a perspectiva ético-teológica defendida efetivamente na cartilha de ética profissional-cristã, na qual os conceitos de ética e moral são resgatados para a fundamentação da atuação profissional, reforça a preocupação em ampliar as discussões e não trazer ideias fechadas sobre o tema. Kikuchi (2026) aponta que para uma escrita da felicidade: “quando a gente faz cartilha, a gente faz para ser feliz. Então a gente evita uma escrita muito combativa. A gente quer uma coisa que acolha, que promova o diálogo”. Por isso, uma das técnicas utilizadas foi a de acrescentar ao final de cada sessão temática, atividades práticas que orientassem o público para um processo pedagógico mais amplo, uma vez que

nem todo mundo está no mesmo lugar, nas discussões. E a gente tem que respeitar isso. Todo mundo tem seu processo pedagógico. E, até às vezes, o profissional pega essa cartilha, às vezes ele não está pronto para fazer essa discussão. [...] a gente quer que as mulheres sejam atendidas. A gente quer que o aborto não seja uma questão tão conflituosa. Então, essas atividades, elas possibilitam que a cartilha nunca termine de ser escrita: quando você abre ali para uma atividade, essa cartilha vai se reescrever o tempo todo. Ela não é um ponto final em tudo que está sendo falado. São dicas. São ideias para pensar (Kikuchi, 2026).

A postura de CDD no tratamento de temas sensíveis como ética profissional e cristã, objeção de consciência, Estado Laico, descriminalização do aborto materializa também a ética da instituição e de suas ativistas que preza pela conscientização coletiva e abertura ao questionamento. Logo, CDD apresenta práticas de letramento que visam desmonopolizar as discussões teológicas em relação aos textos bíblicos, introduzindo conceitos sociológicos e filosóficos em suas produções. Esses recursos estruturam uma postura que desestabiliza o absolutismo teológico-religioso e aponta para outras práticas de escrita voltadas à ativistas e profissionais, gerando autonomia no uso dos materiais. Por isso, as próprias ativistas são produtoras dos conteúdos que refletem sua fé e prática religiosa, fundamentadas não mais na obediência da hierarquia católica, mas no compromisso ético-religioso com a justiça reprodutiva.

4. CONVERSANDO A GENTE SE ENTENDE: PRÁTICAS DE LETRAMENTO ÉTICO RELIGIOSO DE CDD

Um dos principais aspectos do letramento são os procedimentos associados ao texto, em sua leitura e produção, relacionados às identidades dessas práticas (Street, 2007). Os letramentos são, assim, lugar de disputa e ressignificação das realidades, privilegiando a negociação e a transformação social (Street, 2007). Por isso, o letramento ético-religioso em CDD pode ser percebido a partir de práticas que não ocorrem apenas no campo intelectual, mas que operam para a subjetividade e identidade das pessoas que acessam os materiais produzidos.

Cabe ressaltar que CDD possui uma vasta biblioteca de produções de e-books e livros digitais disponibilizados para **download** em seu website. Além disso, outras publicações são disponibilizadas para sua rede de ativistas e parceiros – ofertadas gratuitamente. Da mesma forma, outros materiais digitais são produzidos frequentemente e divulgados através das redes sociais, como Instagram, YouTube e Spotify. Salienta-se aqui que o perfil da ONG no Instagram conta com mais de 39 mil seguidores e o canal no YouTube apresenta cerca de 4,6 mil inscritos.

Para este estudo, optou-se por analisar os dois últimos materiais impressos da ONG, respectivamente: “Justiça Reprodutiva e Religião: algumas ideias”, publicado em 2023 sob organização da ativista Carla Angelini, Letícia Rocha e Priscila Kikuchi; e “Ética Profissional e Ética Cristã: conversando a gente se entende”, publicado em 2024 com a organização de Priscila Kikuchi.

O documento “Justiça Reprodutiva e Religião: algumas ideias” aborda o tema da Justiça Reprodutiva e sua relação com a religião, em especial o catolicismo. Destaca-se a concepção de Justiça Reprodutiva, a partir dos aspectos históricos e de origem do conceito. Apresenta-se uma breve biografia de feministas negras, ressaltando-as como fundamentais para o desenvolvimento do feminismo e do conceito de Justiça Reprodutiva. Após, são destacados momentos da história do feminismo brasileiro, em especial na organização de instituições que debatem o tema.

Na sequência, o documento pondera sobre a diferença entre saúde reprodutiva, direitos reprodutivos e justiça reprodutiva, trazendo também aspectos das injustiças reprodutivas no Brasil. Após, é apresentada a ONG Católicas pelo Direito de Decidir e sua relação com Justiça Reprodutiva. Ainda, o documento traça uma relação entre Justiça Reprodutiva e religião e oferece textos bíblicos para análise. Além disso, sugere a realização de um bibliodrama como ferramenta para dinamização da discussão de conceitos da cartilha entre grupos. Por fim, a cartilha oferece espaço para que se escreva 10 compromissos pela Justiça Reprodutiva em alusão aos 10 mandamentos do livro do Êxodo.

A cartilha “Ética Profissional e Ética Cristã: conversando a gente se entende” volta-se para a definição de conceitos “ética” e “moral”, relacionando-os com as perspectivas cristãs. Há presente

a discussão sobre o aborto e a ética profissional, com orientações sobre os conflitos éticos e morais no atendimento de pessoas em casos de aborto. Além disso, incorre em um texto sobre bioética e objeção de consciência, uma reflexão sobre os desafios e direitos dos profissionais da saúde na realização de procedimentos que vão contra suas crenças religiosas.

A cada tópico apresentado na cartilha, há a proposta de uma atividade de reflexão que pode ser individual ou coletiva. Além disso, apresenta-se a proposta de uma roda de conversa de sensibilização sobre o tema.

Diferentemente do letramento clerical oficial - verticalizado e impositivo -, percebe-se que o letramento de CDD é horizontal, uma vez que a organização utiliza conceitos ético-teológicos traduzidos em linguagem simples e acessível, respeitando a autonomia e consciência das mulheres. Em diferentes pontos dos materiais, percebe-se que há atividades e rodas de conversa propostas para o diálogo sobre os temas apresentados. A lógica é dialogal, de trocas entre as pessoas que acessam os materiais.

CDD também realiza seminários, cursos e outras atividades que podem ser entendidas como “eventos de letramento”, uma vez que misturam o oral e o escrito para ampliação dos conceitos-chaves da organização - sobretudo a Justiça Reprodutiva. Nesses momentos, as reflexões deixam de ser apreendidas através da leitura de textos/vídeos, mas são negociadas e renegociadas coletivamente. Percebe-se, então, a prática comunitária mais uma vez. Além disso, a produção do saber passa a ser grupal, não como mera reprodução de discursos, mas como teoria engajada. Da mesma forma, nestes eventos há sempre a orientação de especialistas temáticas, sejam teólogas, psicólogas, educadoras, etc. Essas autoras possibilitam também a legitimidade dos documentos produzidos, tensionando a disputa intelectual existente na Igreja Católica.

Isto posto, cabe ainda apontar aspectos dos elementos textuais, imagéticos e do discurso nos materiais analisados. Percebe-se presente a disputa de narrativas e a horizontalidade da produção das cartilhas, conforme descrita pela teóloga da ONG em entrevista. A linguagem simples e acessível, com uso das estratégias pergunta-resposta, quadro-comparativos, glossário e ilustrações tornam o texto acessível e dinâmico, facilitando para que a discussão não seja restrita a um grupo de ativistas, mas possa ser aplicada em diferentes contextos.

Figura 1: Exemplos das estratégias de linguagem nos documentos

Então como é possível pensar uma ética cristã que seja favorável à decisão pelo procedimento do aborto?

Há uma antiga tradição cristã que tem como um princípio fundamental o probabilismo. A Doutrina do Probabilismo defende que onde há dúvida, há liberdade. Isto significa que o exercício da liberdade é o uso da própria consciência informada como o último recurso na decisão a ser tomada, e esse princípio pode ser aplicado no caso do aborto.

Então o cristianismo sempre condenou o aborto por entender que se trata de um homicídio?

Por incrível que pareça a resposta a essa pergunta é NÃO! Durante os primeiros séculos da Igreja Cristã, nem todo aborto era considerado um crime de homicídio. Naquela época o aborto era um problema para a Igreja porque ele ajudava a esconder pecados sexuais, como adultério e filitopas fora do matrimônio. Nos seis primeiros séculos da cristandade alguns teólogos como Santo Agostinho e Tomás de Aquino, começaram a difundir a Teoria da Hominização Tardia, que defendia a ideia de que um ser humano só pode ser considerado completo, quando há a infusão da alma no corpo, e, segundo os teólogos mencionados, isso acontecia apenas depois de aproximadamente, quarenta ou sessenta dias depois da concepção.

GLOSSÁRIO

1) Estratégia interseccional: Trata-se de um conceito que foi criado pelas feministas negras que perceberam a necessidade de criar uma análise que fosse sensível às suas experiências e reivindicações que não foram consideradas pelo feminismo branco europeu, e também pelo movimento antirracista, sendo este último, a princípio, focado apenas nas questões dos homens negros.

2) Mulheres racializadas: A racialização se refere à racialização se refere a forma como as etnias e as raças conseguem se identificar em determinados espaços que são ocupados de acordo com a identidade racial/étnica de determinado grupo de pessoas, naturalizando a presença de algumas pessoas em um determinado espaço e a ausência de outras pessoas, em outros espaços.

3) Branquitude: O conceito de branquitude no Brasil pode ser entendido a partir de duas perspectivas. Primeira: como um campo de estudo que identifica o papel das pessoas brancas nos processos históricos que começam a partir do projeto de colonização. Segunda: como uma relação específica, isto é, branquitude constitui suas relações baseadas no pacto narcísico, formando assim um grupo que assegura seus privilégios para si e para outras pessoas brancas, relegando a outros grupos não brancos condições de trabalho e de vida precárias.

AUSÊNCIA DE UM PROFISSIONAL SUBSTITUTO	O/A médico/a que se recusar a fazer o procedimento do aborto, deve garantir à pessoa que precisa do atendimento a realização do mesmo por parte de um/a outro/a profissional que não seja objeção de consciência. Caso isso não seja possível, e isso causar danos a pessoa que precisa ser atendida, poderá ser atribuído/a ao/a profissional culpa ou dolo.
CASOS DE URGÊNCIA OU EMERGÊNCIA	O uso da objeção de consciência também não pode ser utilizado quando se trata de um atendimento à pessoa com complicações provenientes de aborto que está acontecendo. Em casos como esse, se espera que o profissional faça o tratamento para fortes sangramentos vaginais, mesmo que essa situação seja resultante de um aborto espontâneo, provocado ou de qualquer outra situação clínica.
NOS CASOS QUE	

Fonte: Angelini, Rocha e Kikuchi, 2023.

Além disso, a linguagem inclusiva (“médicos/as”, “enfermeiros/as”, “psicólogos/as”) afirma um posicionamento político de inclusão das identidades de gênero.

Outrossim, as ilustrações e outros elementos imagéticos retratam mulheres negras, periféricas, trans, etc. Rompe-se, assim, com a associação cristã-teológica de uma iconografia sacra tradicional, que costumeiramente é branca e eurocêntrica.

Figura 2: Ilustração da cartilha Justiça Reprodutiva e Religião: algumas ideias



Fonte: Angelini, Rocha e Kikuchi, 2023.

Figura 3: Ilustração cartilha Ética profissional e ética cristã



Fonte: Kikuchi, 2024.

Além disso, as atividades disponíveis nas cartilhas e destacadas na entrevista com Priscila Kikuchi e a presença de seções para anotações /escrita de si possibilitam que o/a leitor/a transforme a leitura passiva em processo ativo de reflexões éticas-teológicas. A proposição de um bibliodrama explora outras formas de letramento que se apropriam do discurso religioso para ressignificar os sentidos explorados pelas cartilhas.

Assim, as cartilhas como material de elemento narrativo-discursivo de Católicas pelo Direito de Decidir oportuniza práticas de letramento para uma nova identidade ética-cristã, pautada na reflexão crítica que se apropria de ritos religiosos e subverte a lógica tradicional da autoridade do discurso ao propor que o conhecimento religioso não é fechado, mas um campo de debate, disputa e autoconsciência.

5. LETRAMENTO RELIGIOSO COMO FERRAMENTA DE DEFESA DA JUSTIÇA REPRODUTIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

“Eu, mulher silenciada e controlada pelas imposições de uma sociedade e uma Igreja que me condena a uma vida de dor e medo, eu venho aqui para confessar a minha revolta com a Igreja Católica por transformar religião num peso para as mulheres” (CDD, 2024), assim inicia o vídeo-campanha³ produzido por Católicas pelo Direito de Decidir para o 28S - Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização do Aborto. A declaração, enunciada por uma mulher que se ajoelha ao confessionário onde está um padre de batina, ecoa como performance de palavras que poderiam ter sido proferidas pelas ativistas pelos direitos reprodutivos. Por isso, nesse relato de experiência, opto pelo uso da primeira pessoa, privilegiando a linguagem etnográfica na produção do saber.

Eu também confesso e analiso aspectos de minha trajetória junto às Católicas pelo Direito de Decidir, aprofundando como seus processos formativos e práticas coletivas contribuíram para um novo paradigma de letramento ético-religioso. Assim como a cena do confessionário, em que a voz de uma mulher expõe as tensões entre a institucionalidade católica e as experiências concretas dos corpos e políticas de gênero, percebo que as aprendizagens em CDD colaboram para uma (re)interpretação teológica-ativista.

Minha inserção em Católicas pelo Direito de Decidir teve início em 2019. Até então, minha participação na Igreja Católica era intensa: atuei como coordenadora nacional da Pastoral da Juventude, pastoral que organiza e se dedica aos grupos de jovens; também trabalhei durante sete anos na área pastoral-administrativa de uma paróquia católica. Esse tempo dedicado à institucionalidade era acompanhado por contínuas reflexões sobre fé, ética e religião em tensão com os ideais feministas que eu já vinha amadurecendo. Contudo, ainda que inserida em um contexto de práticas da Teologia da Libertação, as contradições percebidas no catolicismo conflituam entre os processos de dogmas da Igreja Católica e as leituras críticas e testemunhos de reivindicação de direitos operados por outros movimentos sociais.

A ótica de doutrina e dogmas católicos opera para estabilização de uma identidade religiosa em que crenças, ritos e práticas comunitárias estabelecem repertórios de interpretação social. Por isso, constantemente era confrontada com os sentidos elaborados nos processos institucionais e pedagógicos que naturalizam discursos sobre corpo, sexualidade, gênero e direitos reprodutivos. Assim, ao aproximar-me de CDD pude perceber uma nova possibilidade de letramento religioso enquanto prática crítica e mediadora da fé e da vida. Os materiais, discussões, momentos de grupo, reuniões, seminários, etc. provocaram para outros aspectos da religião que desnaturalizam alguns pressupostos e abrem para novas hermenêuticas, sobretudo dos textos bíblicos.

A vivência feminista-católica dá-se então pela análise ética-teológica entre os conceitos de autoridade versus autonomia; universalismo versus pluralidade; formatação pastoral versus alfabetização crítica; estigmatização individual versus atuação coletiva. Os dogmas e conceitos ora formulados como universais passam a ser entendidos como caminho para aprofundar ideias e não mais tensionamento. A produção de saberes junto à ONG permite reconfigurar narrativas religiosas pessoais e coletivas, legitimando e protegendo a atuação enquanto católica e ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos. O desenvolvimento dessas competências críticas também contribui para que eu possa produzir novas narrativas pessoais e sociais, sobretudo na reivindicação dos direitos dentro da esfera eclesial.

3 <https://www.instagram.com/p/DAbIEYGyPln/>

O primeiro aspecto foi romper com o silêncio a partir do letramento feminista-profético. Acostumada com a literacia clerical, em que o sacerdote detém a verdade e centraliza o discurso das celebrações religiosas, passei a experimentar constantemente a consciência como fonte de saber para a interpretação bíblica-religiosa. Ainda que já tivesse experimentado momentos de hermenêutica e partilha da palavra em outras ocasiões, a partir do ativismo em CDD, pude compreender como manifestar minha indignação política-afetiva a partir da experiência do corpo de mulher. Minhas reflexões da fé e dos escritos sagrados abriram-se para a experiência daquela que questiona o dogma. Além disso, foi possível compreender as experiências de fé vividas anteriormente e novas práticas pelas lentes da Justiça Reprodutiva e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Assim, passei a nomear violências e entendimentos, fortalecendo uma hermenêutica feminista da religião.

Do mesmo modo, a coletividade enquanto ativista de uma organização não-governamental que defende o direito ao aborto, a Justiça Reprodutiva, a objeção de consciência enquanto intitula-se “católica” opõe-se à ideia de que a Igreja pertence a um grupo hierárquico que determina as regras. Esse confronto, empodera para o entendimento da Igreja-Comunidade, em que a identidade da fé se opõe aos regramentos que excluem os dissidentes. Tal qual, as relações com outras mulheres, em uma rede de cuidado, possibilitam momentos coletivos de uma espiritualidade verdadeiramente libertadora. Compartilhando os materiais produzidos por outras mulheres, vê-se a proximidade dos relatos, operando para a identificação com os conteúdos. A roda, o diálogo, o espaço de fala para todas, inverte a lógica de uma teologia enfileirada, em que uma figura de autoridade irá fornecer conceitos catequéticos.

Assim, desde o confessionário como metáfora para o ponto de partida entre as tensões de dogma e experiência crítica, minha trajetória em Católicas pelo Direito de Decidir demonstra que os processos formativos, a produção de materiais e as práticas coletivas da instituição são capazes de constituir um letramento ético-religioso. Este “desneutralizar os paradigmas doutrinários” oferece chaves de leitura teológica-feminista para a religião. Ao problematizar os discursos naturalizados sobre corpos, sexualidade, direitos reprodutivos e religião, CDD contribui para os saberes construídos sejam ferramentas de atuação religiosa, política e social das mulheres católicas e de outras tradições religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o letramento religioso realizado em Católicas pelo Direito de Decidir, compreende-se que a organização atua para uma outra lógica oposta à hierarquia dogmática da complementaridade nas práticas de desmonopolização teológica. Em suas ações, privilegia a consciência ética, interpretativa e protagonista ao tradicionalismo passivo e silenciado construído da Igreja Católica. Assim, a estrutura eclesial que se consolidou pela expropriação do saber religioso de leigos, na concentração de capital simbólico de sacerdotes (Bourdieu, 2007), é reivindicado pelas ativistas que constroem seu próprio conhecimento bíblico-religioso, através do letramento da ONG.

Às mulheres, devolve-se, assim, o entendimento de que são competentes e necessárias para a interpretação dos conhecimentos sagrados. Os conceitos ora complexos, são reinterpretados coletivamente através da Teologia Feminista para uma linguagem horizontal e acessível, rompendo também com a visão clerical do letramento. Propõe-se, dessa forma, uma justiça epistêmica, em que a bíblia deixa de ser objetificada para a construção de saberes patriarcais, mas passa a ser investigada e questionada em relação à autonomia das mulheres.

A partir das compreensões de Street (2007), Soares (2009), Barton e Hamilton (2004), aprofunda-se também o conflito entre os modelos de letramento existentes na Igreja Católica. Em CDD, os dogmas deixam de ser vistos como verdades universais e imutáveis e passam a ser entendidos pelo viés histórico, em que se questiona a neutralidade dos argumentos e a tentativa de controle sobre os corpos e sexualidades. Assume-se, notoriamente, uma prática de letramento ideológico, em que a compreensão ético-religiosa permite a possibilidade do ativismo “católico-feminista”. O letramento religioso de CDD, então, não apenas contribui para o apreender de conceitos e textos bíblicos, mas amplia a própria identidade das mulheres religiosas.

A Justiça Reprodutiva como horizonte e lente interpretativa aproxima as ativistas de uma vivência religiosa em que Deus não cega frente às desigualdades de raça, classe e gênero. A resignificação das personagens bíblicas permite entender o concreto da vida a partir da experiência de outras vozes plurais. Os escritos bíblicos são incorporados nos materiais de CDD para a interpretação contemporânea da sociedade, buscando também fundamentos para a defesa de políticas públicas e sociais de gênero e direitos reprodutivos.

Por fim, compreende-se que CDD opera a partir das práticas de letramento populares, que integram também outros campos sociais e institucionais, como profissionais da saúde. Ao respeitar a religiosidade presente na sociedade brasileira, oferece argumentos para a identidade de fé de cada pessoa aliada a defesa dos direitos das mulheres, em especial no que se refere ao aborto legal.

A palavra é transformada em ação, operada em práticas de letramento que qualificam mulheres para autonomia e consciência, em oposição a uma religião e Igreja fundamentalista e hierárquica. A identidade ético-religiosa qualificada por estudos bíblicos, de conceitos feministas e de gênero, e discussões coletivas oferece caminhos para disputa de sentidos no campo religioso, através de uma escrita e reflexão crítica e verdadeiramente libertadora.

REFERÊNCIAS

ANGELINI, Carla; ROCHA, Letícia; KIKUCHI, Priscila. *Justiça Reprodutiva e religião: algumas ideias*. Jundiaí, SP: Max Editora, 2023.

BARTON, Daniel; HAMILTON, Mary. *La literacidad entendida como práctica social*. In: *Escritura y Sociedad*. Nuevas perspectivas teóricas y etnográficas (Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú ed.). Peru: 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo de gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. *Sobre Nós*. 2020. Disponível em: <https://catolicas.org.br/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. *Eu Confesso*. 2026. Campanha para o 28S. Instagram: @ascaticas. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DABIEYGyPln/>. Acesso em: 17 fev. 2026.

DE SOUZA, Sandra Duarte. *Revista Mandrágora: Gênero e Religião nos Estudos Feministas*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (N.E): 264, p. 122-130, set/dez 2004.

GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista: ensaios para repensar o conhecimento e a religião*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HUNT, Mary E. Gênero, sexualidade e religião: Um panorama do século XXI. In: JURKEWICZ, Regina Soares (org.). *Entre dogmas e direitos: religião e sexualidade*. Jundiaí: Max, 2017. p. 63-76

IBGE. *Censo 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país*. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 30 mar. 2026.

KIKUCHI, Priscila. *Ética profissional e ética cristã: conversando a gente se entende*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ROSADO-NUNES, Maria José. *Direitos, cidadania das mulheres e religião*. *Tempo Social*, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 67-81, nov. 2008. UNIFESP (SciELO).

STREET, Brian. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, Brian. *Perspectivas interculturais sobre o letramento*. *Filologia* 7, [s. l.], p. 465-488, 23 jul. 2007.

Recebido em: 30/03/2026

Aceito em: 25/05/2026